

O IMPACTO DA AUSÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE ILHÉUS-BA

THE IMPACT OF THE ABSENCE OF FINANCIAL EDUCATION FOR HIGH SCHOOL STUDENTS IN PUBLIC STATE SCHOOLS IN ILHÉUS-BA

Débora Lima Ramos¹
Silvio Wellington Silva²

RESUMO: A carência de educação financeira nas escolas públicas, deixa uma lacuna na vida dos alunos que estão chegando a idade adulta. Como consequência, surgem adultos que não sabem realizar o planejamento e a boa execução de suas finanças. Este artigo buscou conhecer o perfil dos alunos das escolas públicas estaduais em Ilhéus, seu nível de conhecimento e percepção sobre como o conteúdo poderia ser inserido em sua formação escolar. A metodologia empregada envolveu a realização de uma pesquisa bibliográfica e a aplicação de um questionário, através da plataforma Google Formulários e de formulários impressos, contendo 28 perguntas de escolha única. A amostra contou com 201 respondentes (3% da população). A análise dos dados indicou que o perfil básico é de mulheres, com idades entre 16 e 17 anos e estão cursando os últimos anos escolares. Não desenvolvem uma atividade produtiva, ganham de R\$ 200 a R\$ 500 mensais, utilizam internet e conta digital, tem hábito limitado de consumo por ser de baixa renda e não tem acesso às linhas de crédito. Em relação ao seu nível de conhecimento sobre finanças básicas, ele é escasso e demanda uma preocupação especial. Embora haja programas públicos que incentivam o ensino de finanças básicas na escola, na prática isso não tem acontecido. Quanto à inserção do ensino relacionado ao tema proposto, os alunos sugerem que seja adotada uma estratégia de aprendizado mais prático. Com base nos resultados alcançados, foi possível constatar que os objetivos propostos neste artigo foram alcançados.

8812

Palavras-chave: Educação financeira. Alunos do ensino médio. Escolas públicas. Conhecimento financeiro. Finanças pessoais.

ABSTRACT: The lack of financial education in public schools leaves a gap in the lives of students reaching adulthood. As a consequence, adults emerge who do not know how to plan and manage their finances effectively. This article sought to understand the profile of students in state public schools in Ilhéus, their level of knowledge, and their perception of how financial literacy could be incorporated into their schooling. The methodology employed involved conducting a literature review and administering a questionnaire, using the Google Forms platform and printed forms, containing 28 single-choice questions. The sample consisted of 201 respondents (3% of the population). Data analysis indicated that the basic profile is of women, aged between 16 and 17 years old, in their final years of school. They do not engage in productive activity, earn between R\$ 200 and R\$ 500 per month, use the internet and digital accounts, have limited consumption habits due to low income, and lack access to credit lines. Regarding their level of knowledge about basic finance, it is scarce and demands special attention. Although there are public programs that encourage the teaching of basic finance in schools, in practice this has not been happening. Regarding the inclusion of teaching related to the proposed topic, students suggest that a more practical learning strategy be adopted. Based on the results achieved, it was possible to verify that the objectives proposed in this article were achieved.

Keywords: Financial education. High school students. Public schools. Financial literacy. Personal finance.

¹Discente do curso de Administração da Faculdade de Ilhéus, Centro de Ensino Superior, Ilhéus, Bahia.

²Orientador. Docente do curso de Administração da Faculdade de Ilhéus, Centro de Ensino Superior, Ilhéus, Bahia.

I INTRODUÇÃO

A ausência da educação financeira no contexto escolar brasileiro tem se mostrado um desafio relevante, especialmente nas escolas públicas, onde os estudantes muitas vezes enfrentam limitações de acesso à informação e orientação prática sobre o tema. A falta desse conhecimento impacta diretamente a vida dos jovens, que chegam à fase adulta despreparados para lidar com situações básicas do cotidiano, como planejar gastos, evitar dívidas e construir estabilidade financeira. Esse cenário contribui para o aumento do endividamento pessoal e dificulta a formação de cidadãos mais autônomos e conscientes de suas escolhas econômicas.

A educação financeira, quando inserida desde cedo no processo de aprendizagem, pode se tornar uma ferramenta transformadora, capaz de promover mudanças comportamentais duradouras. Enquanto em diversos países esse conteúdo já faz parte do currículo escolar como estratégia de desenvolvimento econômico e social, no Brasil sua aplicação ainda é incipiente, restringindo as oportunidades de crescimento individual e coletivo. Essa lacuna reforça desigualdades sociais e limita o potencial dos jovens de construir um futuro financeiramente sustentável. Brito, Bacelar e Junior (2023), constatou em sua pesquisa que após a implementação de um programa de educação financeira com estudantes do ensino médio, houve melhoria no comportamento financeiro desses alunos e se tornaram mais conscientes sobre como organizar suas finanças pessoais.

8813

Savoia, Saito e Santana (2007) argumentam que a educação financeira ainda não se consolidou no Brasil como uma prática comum, diferentemente de outros países onde ela já integra estratégias de desenvolvimento econômico. Para os autores, essa lacuna revela desigualdades no acesso ao conhecimento financeiro e limita a capacidade dos indivíduos de planejar suas finanças. Eles destacam que a ausência desse conteúdo escolar prejudica especialmente populações mais vulneráveis. Assim, reforçam a urgência de políticas públicas que incluam o tema no currículo básico.

Kiyosaki (2011) enfatiza que a educação financeira é o fundamento para a construção da riqueza e para a conquista da liberdade econômica. Em sua perspectiva, compreender como o dinheiro funciona amplia possibilidades e fortalece a autonomia individual. O autor defende que esse conhecimento deveria ser ensinado desde cedo, como parte essencial da formação das pessoas. Dessa forma, contribui para reduzir comportamentos financeiros impulsivos e pouco estratégicos.

Medeiros e Medeiros (2021) afirmam que a educação financeira atua como uma ferramenta transformadora tanto no comportamento individual quanto no coletivo. Para eles, promover esse conhecimento contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente, justa e sustentável economicamente. Os autores defendem que hábitos financeiros saudáveis não surgem espontaneamente, mas são resultado da aprendizagem sistemática. Com isso, reforçam a necessidade de incluir o tema nas escolas como parte da formação cidadã.

Assim, este artigo tem como objetivo geral avaliar o impacto da ausência da educação financeira para alunos do ensino médio de escolas públicas estaduais de Ilhéus-BA. Para alcançar este intuito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) identificar o perfil dos estudantes; b) verificar seu nível atual de conhecimento sobre finanças pessoais; c) propor alternativas para a inserção deste conteúdo no currículo escolar.

O presente estudo contribui para a sociedade ao produzir dados e informações que poderão subsidiar os gestores públicos em sua iniciativa de promover ajustes que são necessários para a formação de cidadãos financeiramente conscientes e maduros. Também contribui para a comunidade acadêmica ao lançar luz sobre um tema tão carente de estudos relacionados ao município de Ilhéus.

A pesquisa se divide em quatro etapas. Na primeira, consta o referencial teórico, com o intuito de apresentar os conceitos essenciais ao desenvolvimento do estudo. Na segunda, será apresentada a metodologia. Já na terceira, são apresentadas as discussões e os resultados acerca da pesquisa realizada. Por fim, na quarta etapa, são apontadas as considerações finais sobre o estudo desenvolvido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Perfil dos estudantes de escola pública de Ilhéus

O perfil dos estudantes das escolas públicas estaduais de Ilhéus-BA reflete um contexto de vulnerabilidade social que impacta diretamente o processo educacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), havia 6.742 jovens matriculados no ensino médio no município, distribuídos em 15 unidades escolares, número reduzido em relação às 24 escolas registradas em 2023, o que evidencia a diminuição da oferta educacional. A maioria desses alunos encontra-se na faixa etária de 15 a 20 anos e pertence a famílias com renda de até 2,1 salários mínimos, condição que compromete a permanência e o desempenho escolar.

Dados do QEdu (2024) demonstram que 10 das 15 escolas estaduais estão localizadas na área urbana de Ilhéus, atendendo 5.572 estudantes do ensino médio regular e 1.734 da Educação

de Jovens e Adultos (EJA). A expressiva participação da EJA revela as dificuldades de permanência no ensino regular, reforçando desigualdades educacionais que atingem principalmente jovens de baixa renda. Outro aspecto relevante diz respeito à distorção idade-série: cerca de 44,8% dos alunos apresentam atraso de até dois anos em relação à idade adequada, reflexo de fatores como evasão escolar, trabalho precoce e barreiras econômicas que limitam o desenvolvimento educacional.

Esse cenário reforça a importância da inserção da educação financeira no currículo escolar, pois além de dificuldades acadêmicas, esses jovens enfrentam restrições socioeconômicas que influenciam sua relação com o dinheiro. Conforme destacam Medeiros e Medeiros (2021), a educação financeira pode atuar como instrumento de transformação social, capacitando os estudantes para decisões mais conscientes e para o planejamento de um futuro econômico mais sustentável. Nesse sentido, sua implementação efetiva nas escolas públicas de Ilhéus representa não apenas um avanço pedagógico, mas também uma medida de combate à exclusão social e ao ciclo de vulnerabilidade que marca a realidade desses alunos.

2.2. Nível de conhecimento sobre finanças pessoais

De acordo com pesquisa realizadas por Santos (2011) em Porto Alegre e Alborada, com 411 alunos do ensino médio conclui-se que grande parte desses alunos não tinha nenhum conhecimento básico sobre educação financeira. Ele observou também que esse grupo de alunos tinha muito interesse em estudar sobre o assunto. Porém, as escolas e pais não ensinavam sobre como lidar com o dinheiro, pois isso não fazia parte da cultura predominante na sociedade.

Em pesquisa realizada por Bernhard et al (2023), em Tefé-AM, com alunos de baixa renda, que não trabalham, mas recebem mesada, foi apurado que os alunos conversavam com os pais sobre dinheiro e maneiras de economizar para chegar a algum objetivo da família. Importante destacar que, no ano em que a pesquisa foi feita, a escola de Tefé estava começando a incluir na grade curricular educação financeira.

Em estudos realizados por Faveri, Kroetz e Lemke (2023), no Vale do Itajai, Santa Catarina, foi observado que grande parte dos alunos não possuíam conhecimento sobre finanças. O autor relacionou esta situação à ausência de ações voltadas ao tema nas escolas. Defendeu ainda que considera que este conteúdo é de extrema importância para o desenvolvimento do futuro dos discentes. No estudo, foi apurado que 84,2% dos entrevistados consideraram que a matéria de educação financeira é muito importante e que deve necessariamente ser inserida na grade curricular do ensino médio.

Em pesquisa realizada por Costa e Zdanowicz (2019), em um colégio da rede pública estadual do Rio Grande do Sul, com alunos do terceiro ano do ensino médio, foi observado que 100% dos alunos têm um nível básico de conhecimento sobre educação financeira. O estudo aponta ainda que a fonte de aprendizado teria sido os pais dos alunos, embora não tenha sido informado o contexto em que esta orientação ocorreu. Por outro lado, apesar de terem demonstrado conhecimento básico, isso não se refletiu na prática de vida dos alunos, pois eles afirmaram que não fazem registro para controle de suas receitas e despesas. O autor destaca esta contradição e a necessidade de atuar para corrigi-la pois, quanto mais cedo o indivíduo alcançar sua autonomia financeira, mais oportunidades ele terá para fazer escolhas conscientes e realizar seus sonhos.

Segundo dados do Inep, no ano de 2023, 324.272 mil pessoas se matricularam no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no estado da Bahia. Destes, 2.025 pessoas residem no município de Ilhéus. Mesmo considerando os seus melhores desempenhos de nota, que foram em Matemática, Ciências Humanas e Linguagem, os alunos do município de Ilhéus apresentaram desempenho inferior aos obtido pelos 827 inscritos de Eunápolis. As notas médias dos alunos por município são apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 1: Media dos alunos no Enem.

Área de Conhecimento	Ilhéus	Eunápolis
Matemática	503,213	503,213
Ciências Humanas	515,955	515,995
Linguagem	514,856	514,856

Fonte: dados do Inep.

Segundo dados da Instituição Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Bahia registrou 376.252 inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2024, dos quais 1.448 eram oriundos do município de Ilhéus. Entre esses participantes ilheenses, 14,85% alcançaram notas entre 800 e 980 na redação, esse desempenho foi consideravelmente alto dentro dos critérios avaliativos do exame. Embora esse resultado evidencie a existência de estudantes com excelente capacidade de produção textual, também revela a necessidade de maiores investimentos na formação educacional, a fim de ampliar esse percentual e garantir que um número ainda maior de alunos alcance níveis de proficiência compatíveis com as exigências acadêmicas e profissionais contemporâneas.

2.3. Alternativas para a inserção da educação financeira no currículo escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um marco normativo que orienta os sistemas de ensino no Brasil, definindo as aprendizagens essenciais que devem ser garantidas a todos os estudantes da Educação Básica. Nesse sentido, a BNCC reforça o compromisso de assegurar o direito à educação de qualidade, alinhando-se às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e à Constituição Federal de 1988, que garante a formação integral do indivíduo e sua preparação para a cidadania e o trabalho (BRASIL, 1988; MEC, 2017).

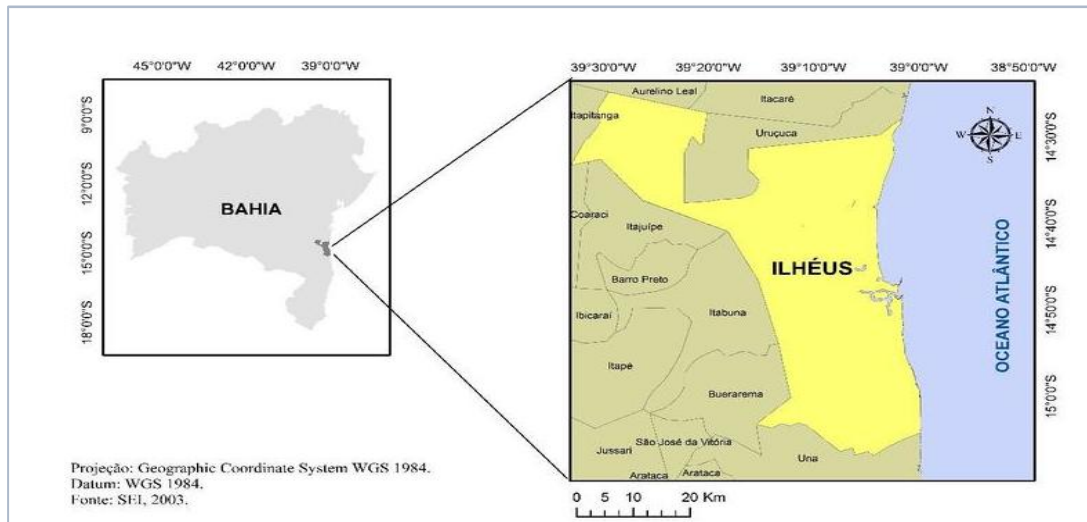
No campo da educação financeira, a BNCC apresenta, sobretudo no eixo de Matemática dos anos finais do Ensino Fundamental, a necessidade de inserção de conteúdos que abordem finanças pessoais, planejamento de gastos, poupança e consumo consciente. Estudos como os de Mazzi e Domingues (2021) destacam que, embora a proposta avance em termos legais e normativos, ainda há um distanciamento entre o documento e a realidade escolar, principalmente no Ensino Médio de escolas públicas, onde os alunos apresentam baixo domínio de conceitos básicos de finanças e economia.

Nesse cenário, alguns autores sugerem alternativas para a efetiva inserção da educação financeira no currículo escolar. Giordano e Miyaji (2017) defendem a interdisciplinaridade, integrando os conteúdos de matemática com práticas de projetos em ciências humanas e sociais, que estimulem a tomada de decisão e a reflexão crítica sobre consumo, trabalho e renda. Já Junior et al (2020) propõe o uso de metodologias ativas, como oficinas práticas de orçamento doméstico e simulações de investimento, tornando a aprendizagem mais significativa. Assim, a inclusão efetiva da educação financeira no Ensino Médio público depende de práticas contextualizadas, que respeitem o perfil dos alunos e garantam o desenvolvimento de competências voltadas para a cidadania econômica.

3 METODOLOGIA

Os dados coletados para o desenvolvimento do estudo proposto são de estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais do município de Ilhéus-Bahia. Localizada na região Nordeste do Brasil, Ilhéus possui uma das maiores extensões territoriais da região, abrangendo uma área aproximada de 1.588,555 km², um clima considerado tropical úmido e uma população de aproximadamente 178.649 pessoas (IBGE, 2022).

Figura 1 – município de Ilhéus



Fonte: Google maps, 2020.

3.1 Tipo de pesquisa e forma de abordagem

A pesquisa realizada teve a sua natureza caracterizada como descritiva, pois tem o intuito de “descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 100). Quanto aos seus objetivos, é uma pesquisa aplicada pois, segundo aponta Barros e Lehfeld (2019), buscou gerar conhecimento para a aplicação prática e estar voltada para a solução de problemas concretos do cotidiano (Santos, 2021).

Sobre a sua abordagem, esta pesquisa se enquadrou como Quanti-qualitativa, pois fez uso de procedimentos das pesquisas tanto quantitativa quanto qualitativa. Quanto à escolha do objeto de estudo, foi feita a opção pela amostragem probabilística, do tipo amostragem aleatória simples.

3.2 Definição da população ou área de estudo e Amostragem

O estudo foi direcionado aos estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais do município de Ilhéus-BA. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2025, abrangendo alunos regularmente matriculados nas unidades de ensino selecionadas.

A escolha do objeto de estudo se deu por meio de uma amostragem probabilística, do tipo amostragem aleatória simples. O estudo teve como meta alcançar aproximadamente 3% da população total de estudantes do ensino médio da rede estadual de Ilhéus.

3.3 Instrumentos e técnicas para coleta de dados e Tabulação e análise dos dados

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, utilizando como fontes artigos científicos disponíveis no Google Acadêmico, SciELO, revistas on-line e dados provenientes do IBGE, visando aprofundar o entendimento teórico sobre educação financeira.

Em seguida, foi aplicado um questionário estruturado aos estudantes. A coleta ocorreu tanto de forma digital, utilizando o Google Formulários, quanto de forma impressa, para atender alunos sem acesso a celular e/ou internet. Isso viabilizou a participação de 201 respondentes com o perfil definido para a amostra. Por ocasião da coleta nas salas de aula, foi entregue um QR Code, para facilitar o acesso ao formulário digital, e também os questionários impressos, que foram posteriormente alimentados na base de dados do Google Forms pelo autor da pesquisa..

Após a coleta, os dados foram tabulados, organizados e interpretados com o objetivo de compreender o perfil dos estudantes e seu nível de entendimento sobre finanças pessoais. A análise foi realizada com base nos relatórios do Google Forms, mas foi feita a opção de também utilizar o Microsoft Excel para a realização de análises mais específicas. Para construção das tabelas e gráficos, foi considerada a totalidade das respostas, de modo a garantir 100% de ocorrência na apresentação dos resultados.

3.4 Limites do projeto

O principal desafio enfrentado foi a limitação de acesso digital por parte dos estudantes. Embora o planejamento inicial previsse a predominância da aplicação on-line do questionário, verificou-se que a maioria dos alunos não possuía acesso regular a celular e/ou internet. Isso exigiu adaptações, como a disponibilização de questionários impressos, o que aumentou o tempo e o esforço logístico para coleta dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a tabulação dos dados, foi possível identificar alguns pontos que serão destacados nos tópicos apresentados a seguir, em conjunto com a interpretação do autor confrontada com outros estudos.

4.1 Identificação do Perfil dos Estudantes

Dos 201 respondentes foi possível notar uma leve vantagem para o sexo feminino (49,25%), diante do sexo masculino (45,77%). Em relação à faixa etária, 62,68% dos alunos se concentram na faixa de 16 a 17 anos. Quanto ao ano escolar, 87,07% dos alunos estão concluindo o segundo ou terceiro ano.

Tabela 1: Gênero, idade e ano escolar.

Gênero	%	Idade	%	Ano Escolar	%
Feminino	49,25%	15 anos	3,98%	1º ano	12,94%
Masculino	45,77%	16 anos	21,39%	2º ano	36,82%
Preferiu não se identificar	4,98%	17 anos	41,29%	3º ano	50,25%
		+18 anos	33,33%		

Fonte: resultado da pesquisa.

Foi possível perceber que 99% dos respondentes estudam durante o dia. Sobre a com quem residem, No que se refere a com quem os alunos residem, percebe-se que 61,7% não reside em uma casa com família tradicional, sendo que 44,28% dos respondentes vivem com a mãe, 6,47% moram com o pai e 10,95% moram com os avós. Sobre a questão da fonte de renda, um pouco mais da metade (52,26%) não trabalha e não tem mesada.

Tabela 2: Turno, moradia e trabalho.

Turno	%	Moradia	%	Trabalho	%
Matutino	47,76%	Avós	10,95%	Não trabalha e não tem mesada.	52,26%
Vespertino	51,24%	Mãe	44,28%	Sim, Fixo.	4,48%
Noturno	1%	Pai	6,47%	Não trabalha mas tem mesada	7,46%
		Pai e Mãe	33,83%	Sim, fixo meio período	20,40%
		Sozinho ou outros	4,48%	Sim de forma eventual.	14,93%

Fonte: dados da pesquisa

Com base na amostra é possível perceber que 70,65% dos respondentes não têm renda ou possui renda limitada a até R\$ 500. Já sobre a renda familiar, mais da metade (55,23%) declararam renda de até dois salários mínimos. Possivelmente este indicador sofreu a influência do fato de que 30,85% dos respondentes optaram por não responder. Sobre o Bolsa Família, 43,78% dos

alunos pertence a família contemplada pelo programa. 16,42% não soube responder. Esse achado reflete diretamente a realidade estrutural apontada pelo IBGE na Síntese de Indicadores Sociais (2023). Segundo os dados oficiais, a região Nordeste, e especificamente a Bahia, concentra percentuais elevados de domicílios em situação de vulnerabilidade e dependência de transferências de renda estatais.

Tabela 3: Dados socioeconômicos.

Renda pessoal	%	Renda familiar	%	Recebe bolsa família	
300 a 500 reais	25,87%	Até 1 salário min	28,86%	Não recebe	30,80%
600 a 800 reais	13,93%	1 a 2 salário min	26,37%	Não sei se recebo	16,42%
900 a 1.000 reais	4,48%	2 a 4 salário o min	12,44%	Sim, recebo	43,78%
1.000 reais acima	10,95%	5> salário min	1,49%		
Não tenho renda	44,78%	Prefiro não falar	30,85%		

Fonte: dados da pesquisa

No que concerne ao acesso à internet, 98,01% afirmam ter acesso à internet. Por sua vez, em relação ao acesso ao pix, 91,54% possuem chave Pix. Esses resultados demonstram que os estudantes estão amplamente inseridos no ambiente digital e familiarizados com ferramentas tecnológicas de comunicação e transações financeiras. Esses resultados corroboram o fenômeno da 'Inclusão Financeira Digital' destacado pelo Banco Central do Brasil (2021). Segundo a instituição, a digitalização dos meios de pagamento e a gratuidade do Pix reduziram drasticamente as barreiras de entrada no sistema financeiro, permitindo que jovens, mesmo sem renda formal comprovada, tivessem acesso a serviços bancários.

8821

Tabela 4: INTERNET E CHAVE PIX

Acesso à internet	%	Possui chave pix	%
Não	1,99%	Não	8,46%
Sim	98,01%	Sim	91,54%

Fonte: dados da pesquisa.

4.2 Nível de conhecimento sobre finanças pessoais

Inicialmente, observam-se os dados apresentados na Tabela 5, que tratam dos hábitos financeiros dos estudantes diante de diferentes situações. Verifica-se que 81,6% dos alunos nunca, raramente ou apenas às vezes registram seus gastos, o que evidencia uma fragilidade no

controle financeiro pessoal. Esse resultado converge com os achados de Costa e Zdanowicz (2019), que identificaram que, embora os estudantes possuíssem conhecimentos básicos sobre educação financeira, ainda assim não mantinham registros sistemáticos de receitas e despesas.

No que diz respeito ao planejamento financeiro, foi observado que 66,67% da amostra afirma que nunca, raramente ou apenas às vezes planeja seus gastos. Esse comportamento sugere uma prática de gestão financeira pouco estruturada, o que pode comprometer a organização econômica dos jovens no curto e no longo prazo. Olivieri (2013) afirma que O planejamento de gastos não é uma teoria, mas sim um hábito de vida que necessita ser praticado e reforçado, o que reforça a urgência de a escola criar ambientes de prática e simulação para que os estudantes desenvolvam a disciplina necessária.

De modo surpreendente, 57,71% dos respondentes comparam, frequentemente ou sempre, os preços antes de efetuar uma compra. Possivelmente a escassez de recurso torna obrigatória esta prática. A contradição entre não registrar gastos, mas comparar preços com frequência pode ser explicada pela teoria da escassez de Mullainathan e Shafir (2016). Segundo os autores, a mente focada na sobrevivência imediata (escassez de recursos) torna-se especialista em resolver problemas de curto prazo (como achar o menor preço agora), mas perde 'largura de banda' mental para planejar o longo prazo (registrar e orçar). Portanto, o comportamento dos alunos não reflete necessariamente falta de interesse, mas uma estratégia de sobrevivência imposta pela restrição orçamentária.

Tabela 5: Frequência de planejamento financeiro.

Descrição	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Eu anoto o que gasto	34,83%	21,89%	24,88%	9,45%	8,96%
Eu planejo gastos da semana/mês	18,41%	16,92%	31,34%	12,93%	20,40%
Eu comparo preços antes de comprar	11,44%	9,45%	21,40%	19,40%	38,31%

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar o hábito de guardar dinheiro, o estudo apontou que 62,69% dos estudantes nunca, raramente ou apenas às vezes economizam parte de sua renda. Este dado não surpreende posto que, conforme a Tabela 2, (52,26%) dos alunos não possuem renda própria, seja por trabalho ou por mesada. Dessa forma, a irregularidade na prática de poupar está diretamente relacionada à ausência de recursos financeiros disponíveis. Outro ponto que merece uma

reflexão é a possibilidade dos respondentes não terem uma meta claramente definida para incentivá-los a poupar. Nesta linha, Contani, Abreu e Reis (2021), afirma que as pessoas tendem a economizar quando estão orientadas por um objetivo específico, seja ele de curto ou longo prazo.

Sobre o hábito de contrair empréstimos, verificou-se que 93,54% dos estudantes nunca, raramente ou apenas às vezes pegaram dinheiro emprestado. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de a maior parte dos participantes ter entre 16 e 17 anos, idade em que ainda não há acesso às linhas de crédito formais oferecidas por instituições financeiras. Embora esse baixo índice pareça positivo, Potrich, Vieira e Kirch (2015) apontam que a ausência de dívidas entre jovens muitas vezes ocorre não por planejamento financeiro, mas pela falta de acesso ao crédito como um tipo de exclusão financeira. Isso indica um risco futuro: ao completarem 18 anos e terem acesso facilitado ao crédito, esses jovens podem se endividar rapidamente se não possuírem a o conhecimento necessário.

Quando perguntados sobre comprar por impulso, 86,07% dos estudantes responderam que nunca, raramente ou apenas às vezes compram por impulso. Isso mostra que mesmo não tendo conhecimento sobre educação financeira eles não são impulsivos com relação a comprar sem necessidade. Esse autocontrole pode ser analisado à luz da teoria da escassez de Mullainathan e Shafir (2016), segundo os autores, a restrição de recursos impõe uma 'racionalidade forçada': indivíduos com orçamento limitado tornam-se especialistas em avaliar custos de oportunidade (trade-offs), pois não possuem 'folga' (slack) financeira para errar.

Tabela 4: Dados sobre hábitos financeiros.

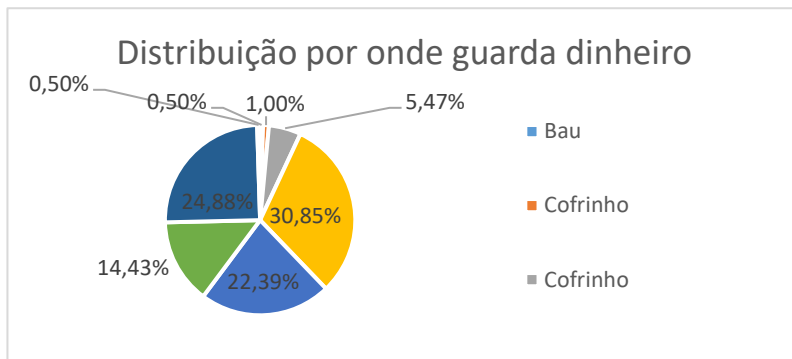
Descrição	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Eu guardo parte do dinheiro que recebo	12,94%	21,89%	27,86%	14,93%	22,39%
Já peguei dinheiro emprestado	50,75%	27,86%	14,93%	2,99%	3,48%
Comprar por impulso	39,80%	23,38%	22,89%	4,48%	9,45%

Fonte: dados da pesquisa

Em relação a guardar dinheiro mais da metade (53,24%) dos respondentes afirmaram utilizar uma conta digital para guardar dinheiro, o que pode ser explicado pela facilidade oferecida pelos bancos, que permitem a criação de contas de débito mesmo para menores de idade. Na pesquisa

realizada por Bernhard et al. (2023), identificou-se que 43,3% dos jovens entrevistados utilizam algum tipo de serviço bancário.

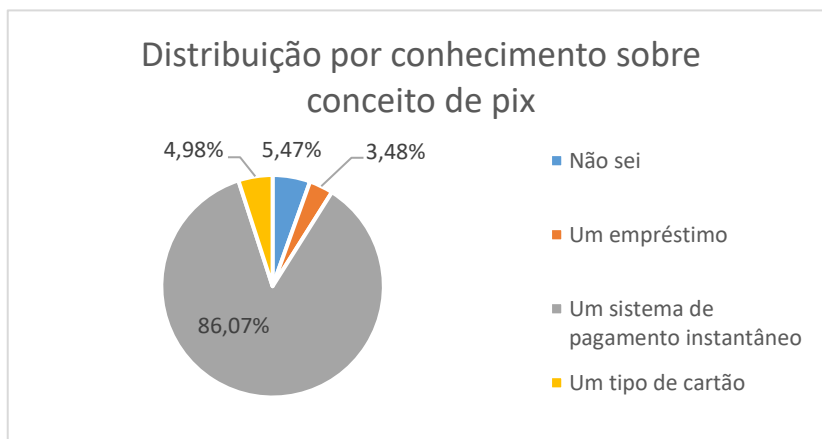
Gráfico 1: Sobre aguardar dinheiro e onde guardar.



Fonte: Dados da pesquisa.

O alto índice de conhecimento sobre o Pix (86,07%) corrobora os diagnósticos do Banco Central do Brasil (2020) sobre a rápida digitalização dos meios de pagamento no país. Segundo relatórios de Cidadania Financeira da instituição, o Pix funcionou como um poderoso vetor de inclusão, reduzindo barreiras de entrada ao sistema bancário.

Gráfico 2: Conhecimento sobre significado de pix.

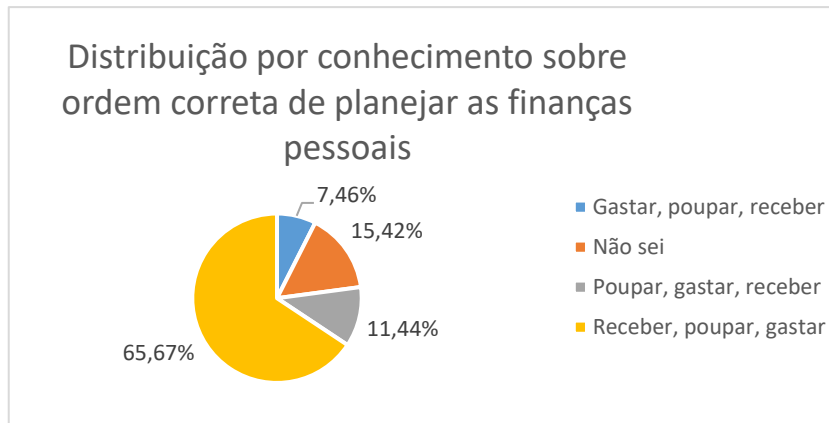


Fonte: dados da pesquisa.

Ao serem questionados sobre a ordem correta para planejar as finanças pessoais, mais da metade (65,67%) responderam “receber, poupar e gastar”, que corresponde à sequência adequada para um bom planejamento financeiro. Isso confirma a teoria dos sistemas cognitivos de Kahneman (2011): racionalmente (Sistema 2), os alunos sabem o que deveriam fazer, mas na prática diária, guiados por impulsos e escassez (Sistema 1), acabam priorizando o consumo imediato. A educação financeira escolar, portanto, não deve focar apenas em ensinar a 'ordem

correta', que eles já sabem, mas em criar mecanismos comportamentais que ajudem a transformar essa intenção em hábito.

Gráfico 3: Forma correta de planejar as finanças.



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme apresentado na Tabela 5, 72,64% dos respondentes declararam possuir conhecimento médio, baixo ou nenhum conhecimento sobre orçamento pessoal. Esse achado converge com os resultados da pesquisa de Faveri, Keroetz e Lembeke (2023), que identificaram níveis significativamente baixos de domínio sobre o tema, consideram ter pouco conhecimento, evidenciando, assim, que estes alunos, prestes a iniciar a vida adulta, não possuem conhecimentos suficientes para à correta tomada decisão em relação às finanças pessoais.

O expressivo índice de 76,61% dos estudantes que declaram ter conhecimento médio, pouco ou nenhum sobre juros e parcelamento revela uma lacuna crítica no que Lusardi e Tufano (2015) definem como 'Alfabetização em Dívidas'. Segundo os autores, a incapacidade de compreender o funcionamento dos juros compostos leva os indivíduos a subestimarem o custo real do crédito, tornando-os vulneráveis a dívidas excessivas e taxas abusivas. Sem esse domínio conceitual, o parcelamento deixa de ser uma ferramenta de gestão de fluxo de caixa e passa a ser uma armadilha financeira, pois o jovem consumidor foca apenas no valor da parcela 'que cabe no bolso', ignorando o montante final e o impacto dos encargos a longo prazo.

Tabela 5: Conhecimentos em Finanças.

Descrição	Nada	Pouco	Médio	Bom	Excelente
Conhecimento sobre orçamento pessoal.	12,94%	29,35%	30,35%	20,90%	6,45%

Descrição	Nada	Pouco	Médio	Bom	Excelente
Conhecimento sobre juros e parcelamento.	15,92%	31,34%	29,35%	16,42%	6,97%

Fonte: dados da pesquisa.

Essa discrepância entre possuir médio, pouco ou nenhum conhecimento sobre inflação (85,58%), mas compreender seu efeito prático na redução do poder de compra (49,25%) mostrado no gráfico 4, ilustra a distinção feita por Huston (2010) entre conhecimento financeiro e aplicação financeira. Os estudantes vivenciam o fenômeno econômico empiricamente em seus lares sentindo a escassez, mas a escola falha em nomear e sistematizar esse conhecimento. Sem o domínio conceitual, torna-se difícil para o jovem prever cenários ou proteger seu patrimônio de forma estratégica, limitando-se a reagir à perda do poder de compra.

O fato de 56,22% dos estudantes autoavaliarem seu conhecimento sobre segurança como 'bom' ou 'excelente' acende um sinal de alerta. Segundo Mitnick e Simon (2003), a maior vulnerabilidade em qualquer sistema de segurança não é tecnológica, mas sim humana. Os autores argumentam que a falsa sensação de segurança é frequentemente explorada pela 'Engenharia Social', técnica que manipula a confiança da vítima independentemente de seu conhecimento técnico. Portanto, a alta autoconfiança demonstrada pelos estudantes pode, paradoxalmente, torná-los alvos mais fáceis, pois quem acredita estar protegido tende a baixar a guarda diante de abordagens persuasivas ou golpes inovadores.

8826

Tabela 6: Conhecimentos em Finanças.

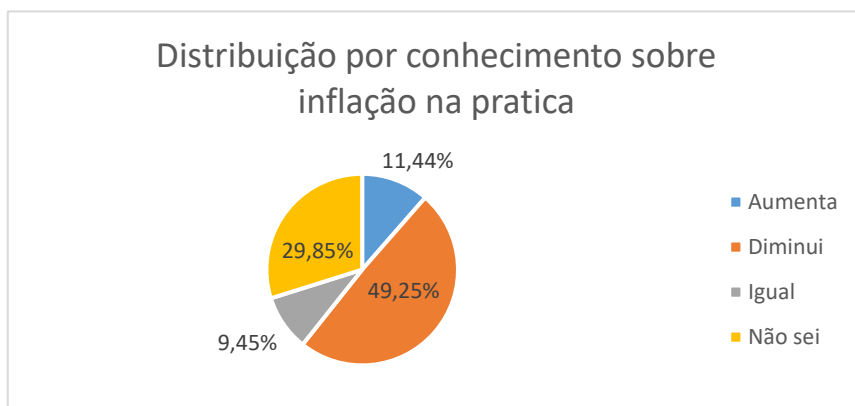
Descrição	Nada	Pouco	Médio	Bom	Excelente
Conhecimento sobre inflação.	32,84%	31,84%	20,90%	11,94%	2,49%
Conhecimento sobre golpes digitais e segurança.	10,45%	15,92%	17,41%	35,82%	20,40%

Fonte: dados da pesquisa.

Entre as questões aplicadas na pesquisa, uma delas perguntava: “Se o preço de um produto sobe 15% e sua renda permanece a mesma, o que acontece com seu poder de compra?” Dos participantes, 49,25% responderam corretamente que o poder de compra diminui em função da inflação. Esse resultado evidencia que, embora quase metade dos estudantes compreenda intuitivamente o impacto da inflação, ainda existe um contingente significativo que não consegue relacionar o aumento de preços à perda de capacidade de consumo. Tal lacuna revela

não apenas dificuldades conceituais, mas também a ausência de uma formação estruturada que permita aos jovens interpretar fenômenos econômicos básicos que afetam diretamente sua vida cotidiana.

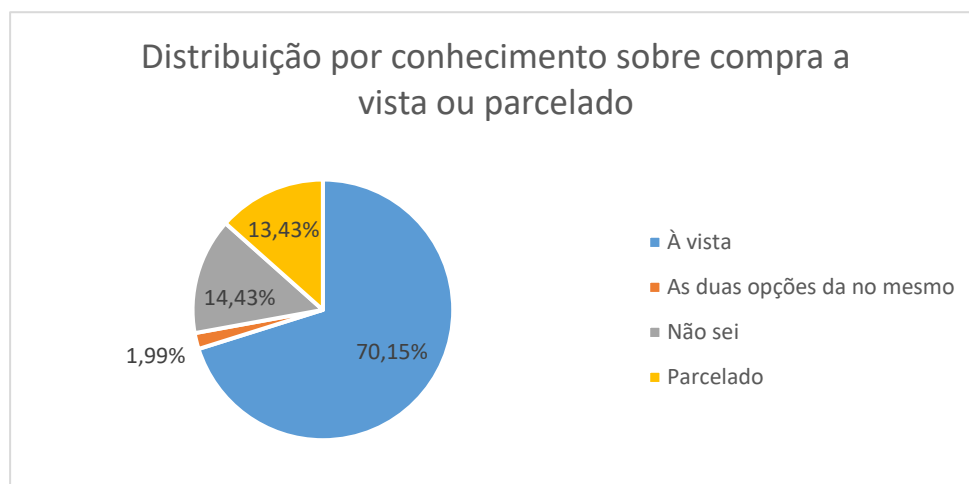
Gráfico 4: sobre inflação



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao testar o conhecimento dos respondentes sobre compras à vista ou parceladas, foi apresentada a seguinte situação: escolher entre adquirir um produto à vista com 10% de desconto ou parcelar em cinco vezes no cartão sem desconto. Mais da metade (70,75%) dos participantes optou pela compra à vista, indicando que compreendem, ao menos de forma básica, a vantagem financeira imediata do pagamento à vista nesse cenário. Esse resultado sugere que os estudantes possuem certa capacidade de comparar opções de consumo e identificar aquela que oferece melhor custo-benefício.

Gráfico 5: Compra a vista ou parcelado.

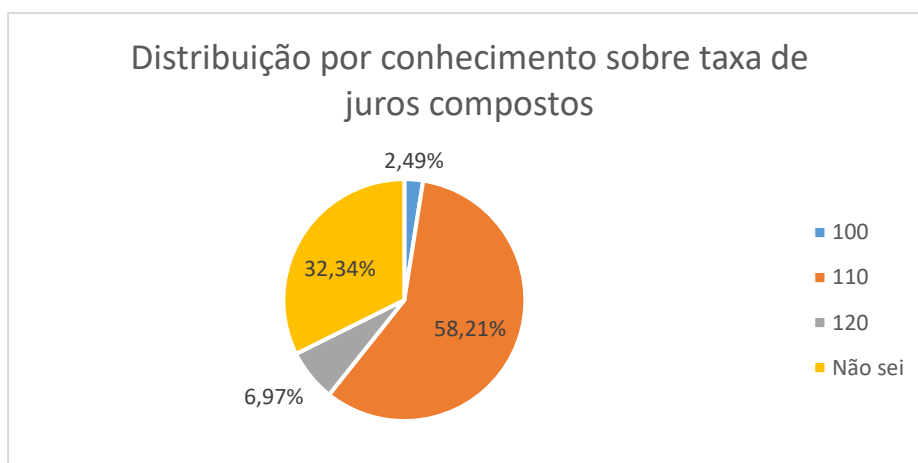


Fonte: Dados da pesquisa.

Ao testar o conhecimento dos respondentes sobre taxa de juros compostos, foi apresentada a seguinte situação: “Você tem R\$ 100,00 e a taxa de juros compostos é de 10% ao mês. Após 1 mês, qual será o valor final?”.

O fato de 58,21% dos alunos acertarem o cálculo matemático dos juros, enquanto a grande maioria não aplica conceitos básicos de orçamento em suas vidas, corrobora a visão de Huston (2010). O autor argumenta que ter habilidade numérica (numerária) é apenas um componente da educação financeira. O desafio evidenciado na pesquisa é transformar a competência matemática abstrata em comportamento econômico prático, uma lacuna que a escola pública atual, focada em conteúdos teóricos, não tem conseguido preencher.

Gráfico 6: Taxa de juros composto



Fonte: dados da pesquisa.

4.3 Alternativas para a inserção da educação financeira no currículo escolar.

O consenso de 89,55% dos estudantes sobre a importância do controle financeiro para o alcance de objetivos futuros estabelece uma atitude fortemente positiva em relação à gestão de recursos. Segundo Potrich, Vieira e Kirch (2015), a competência financeira é multifatorial, dependendo de conhecimento, atitude e comportamento. O resultado da pesquisa evidencia que a dimensão atitudinal já está consolidada na amostra. No entanto, o papel da educação financeira escolar torna-se crucial para a próxima etapa: fornecer o conhecimento e as ferramentas práticas necessárias para que essa atitude positiva se materialize em comportamentos de planejamento e registro de gastos, superando a lacuna entre a intenção e a ação.

O alto índice (83,59%) de reconhecimento dos estudantes sobre a importância da educação financeira na escola encontra respaldo direto no arcabouço legal brasileiro,

notadamente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ao estabelecer a Educação Financeira como um tema transversal e uma das dez competências gerais a serem desenvolvidas, a BNCC reconhece o papel fundamental da escola na formação econômica do indivíduo. A pesquisa, portanto, não apenas justifica a inclusão do tema, mas aponta que a comunidade estudantil já percebe a relevância do que a legislação estabelece como um direito de aprendizagem.

O fato de (42,29%) dos respondentes demonstrar neutralidade quanto a falar de dinheiro em casa é difícil, é um achado crucial, pois revela o silêncio financeiro no ambiente familiar. Esse comportamento está em contraste direto com a Teoria da Socialização Financeira Familiar, proposta por Gudmunson e Danes (2011). Segundo os autores, a família atua como o principal agente de transmissão de valores e práticas financeiras. Quando o tema é evitado ou considerado difícil, a criança e o adolescente são privados de modelos de gestão de recursos e da oportunidade de aprender a lidar com as finanças de forma transparente.

Tabela 6: Alternativas de conhecimento de educação financeira.

Descrição	Discordo totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo totalmente
Controlar dinheiro é importante para alcançar meus objetivos.	2,49%	1,99%	6,97%	31,34%	57,21%
Considero muito importante aprender educação financeira na escola.	1%	2,99%	14,43%	35,82%	45,77%
Falar de dinheiro em casa é difícil.	8,96%	24,38%	42,29%	16,92%	7,46%

Fonte: dados da pesquisa.

O fato de a maioria dos estudantes (60,2%) concordar que é possível poupar mesmo com recursos limitados demonstra uma atitude financeira positiva e resiliente diante da escassez. Este achado dialoga com a estrutura de competência financeira proposta por Potrich, Vieira e Kirch (2015), que a define como uma combinação de conhecimento, atitude e comportamento. Embora a amostra possua baixa renda, o reconhecimento da possibilidade de poupar indica que os alunos estão abertos a construir o hábito. A educação financeira na escola deve capitalizar essa atitude, focando em metodologias que ensinem o 'como fazer' de forma prática como, por exemplo, o conceito de 'pagar-se primeiro' ou a poupança para pequenos objetivos. Assim, o

foco deixa de ser o montante poupado e passa a ser a disciplina e a consistência do hábito, essenciais para a estabilidade futura, conforme já demonstram os alunos em sua percepção.

A percepção de 87,06% dos estudantes de que o empreendedorismo auxilia no cuidado com o dinheiro dialoga com a 'Pedagogia Empreendedora' de Dolabela (2003). O autor postula que o ensino do empreendedorismo na escola desenvolve a capacidade de planejamento, gestão de riscos e visão de futuro — competências intrínsecas à boa gestão financeira. Portanto, ao associarem os dois temas, os estudantes demonstram uma intuição correta: a de que a autonomia financeira depende de uma postura proativa diante dos recursos, característica central do comportamento empreendedor.

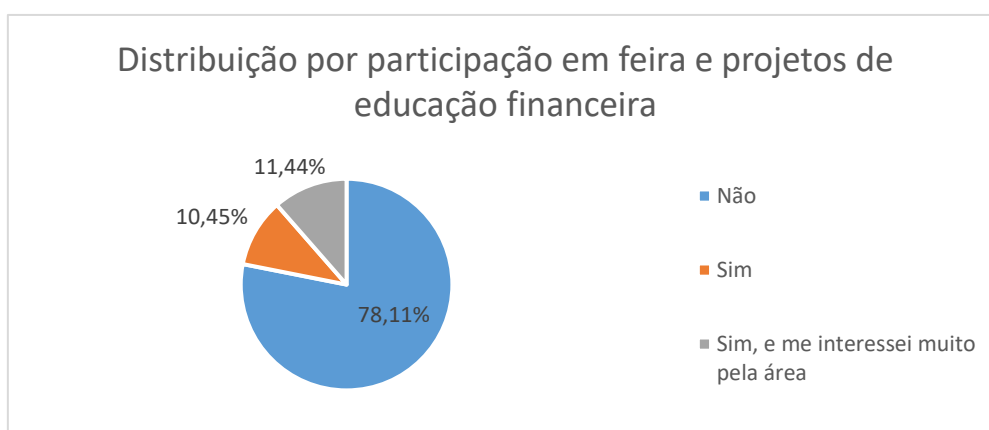
Tabela 7: Alternativas de conhecimento de educação financeira.

Descrição	Discordo totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo totalmente
Poupar mesmo com pouco dinheiro é possível.	3,48%	6,47%	29,85%	42,29%	17,91%
Aprender sobre empreendedorismo ajuda a cuidar melhor do dinheiro.	2,49%	0,50%	9,95%	43,28%	43,78%

Fonte: dados da pesquisa.

O significativo percentual de 78,11% dos estudantes que não tiveram contato com projetos de educação financeira evidencia um descompasso entre a realidade escolar e os objetivos da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). A ENEF, criada para promover a cidadania financeira, tem na escola um de seus pilares fundamentais. A ausência de projetos e feiras reflete a inércia da rede de ensino em incorporar o tema de forma transversal e planejada, falhando em cumprir o papel de agente transformador e deixando os jovens desassistidos em relação a uma competência que é considerada prioridade. Este achado converge também com os resultados de Faveri, Keroetz e Lembeke (2023), que evidenciam a escassez de ações educativas voltadas à educação financeira dentro do ambiente escolar — justamente o espaço em que os estudantes deveriam encontrar oportunidades consistentes para desenvolver conhecimentos e práticas fundamentais à formação cidadã.

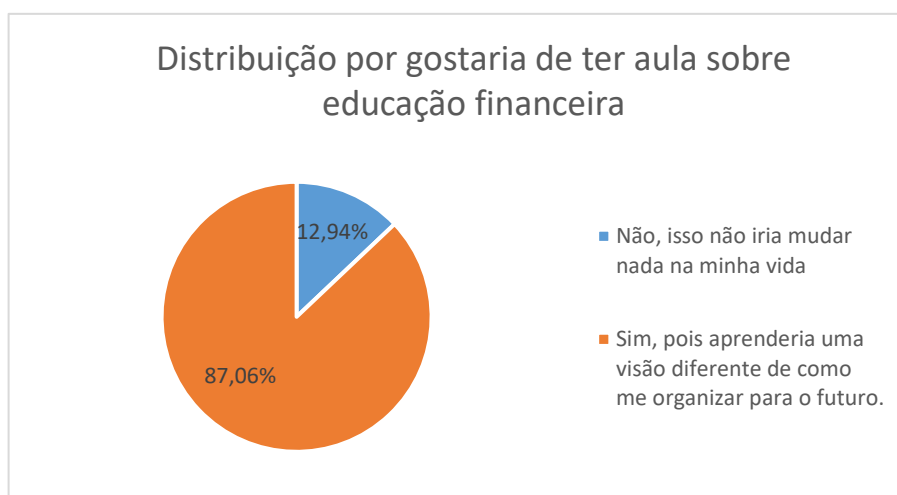
Gráfico 7: Participação em feira e projetos de educação financeira.



Fonte: dados da pesquisa.

A expressiva concordância dos estudantes (87,06%) sobre o desejo de ter aulas de educação financeira na escola, evidencia uma forte disposição dos jovens em aprender, desde cedo, como se planejar e se adaptar às mudanças econômicas, visando a um futuro mais organizado e seguro. Esse resultado dialoga diretamente com a pesquisa de Bernhard et al. (2023), que aponta que os estudantes de sua amostra também reconhecem a importância do tema e defendem sua introdução no ambiente escolar. Assim, o interesse manifestado pelos participantes deste estudo reforça o argumento do autor de que a educação financeira deve fazer parte da formação básica, por tratar de habilidades essenciais para a vida cotidiana.

Gráfico 8: Aulas sobre educação financeira.



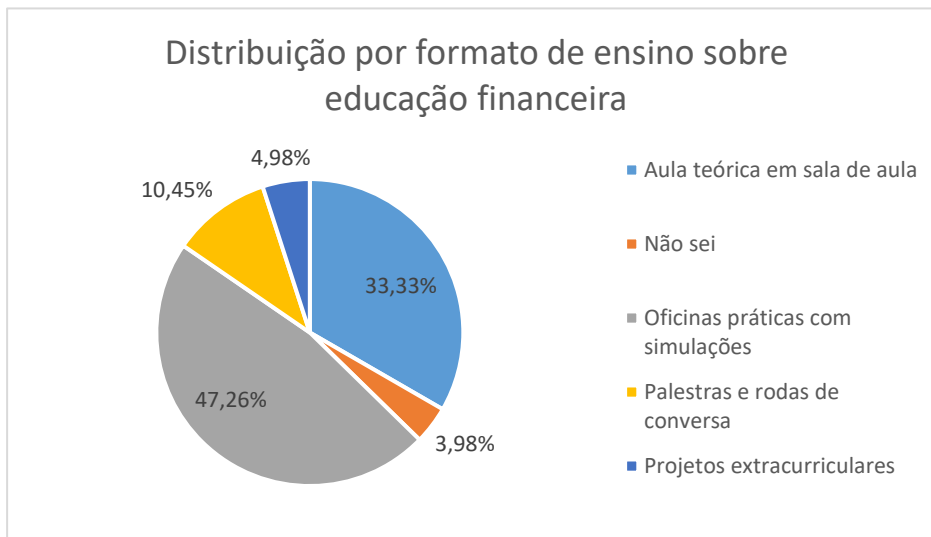
Fonte: dados da pesquisa.

A preferência expressiva dos alunos por oficinas práticas (47,26%) em detrimento de aulas teóricas alinha-se com o que defende D'Aquino (2008). O autor postula que a educação financeira para jovens deve ser vivencial e lúdica para gerar mudança de hábito. A mera transmissão de conceitos econômicos em sala de aula (método bancário) mostra-se ineficaz para um público que deseja aprender a 'organizar gastos' e 'investir', reforçando a necessidade de metodologias ativas propostas pela própria BNCC.

Nesse mesmo sentido, pesquisa realizada por Araújo e Sobrinho (2024) aponta que muitos professores de matemática ainda recorrem a abordagens tradicionais ao trabalhar educação financeira. Por serem excessivamente teóricas, essas práticas podem dificultar a

compreensão e a retenção do conteúdo pelos estudantes. Diante disso, torna-se necessário implementar metodologias mais dinâmicas, contextualizadas e próximas da realidade dos jovens, permitindo que a educação financeira seja incorporada de maneira natural, significativa e aplicável ao cotidiano.

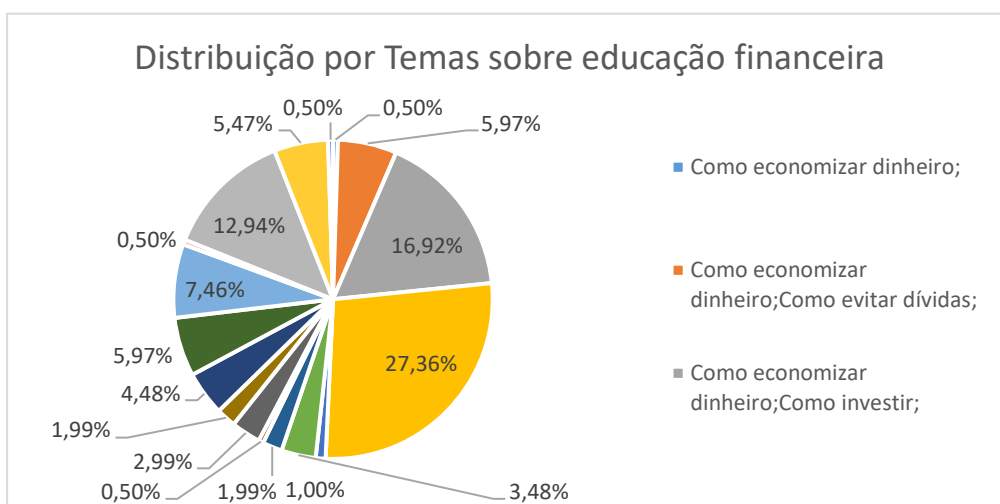
Gráfico 9: Formatos de aplicar educação financeira.



Fonte: dados da pesquisa.

O Gráfico 10, ao evidenciar o grande interesse dos estudantes em aprender os conteúdos financeiros, sinaliza um ponto de partida ideal para a intervenção pedagógica. Santos (2011) argumenta que a Educação Financeira na escola deve capitalizar a prontidão e a curiosidade do jovem, que está na fase de busca por autonomia. A incorporação dos temas ao currículo não só atende a uma demanda, mas também aproveita essa motivação intrínseca, fator que tem impacto direto na eficácia do processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento de habilidades de planejamento e gestão financeira.

Gráfico 10: Temas relevantes de educação financeira.

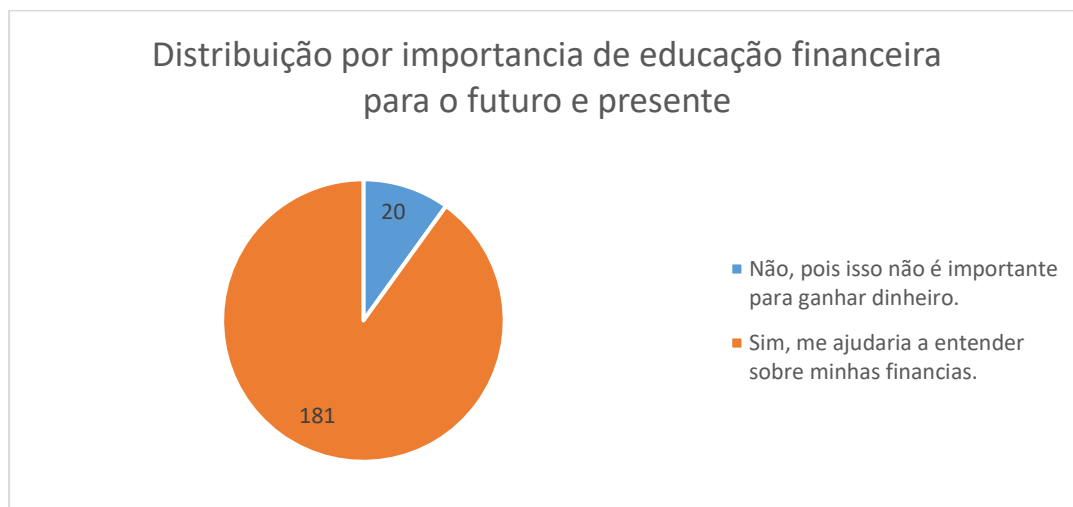


Fontes: dados da pesquisa.

O reconhecimento quase unânime (90%) de que a educação financeira é fundamental para o futuro, alinha-se às diretrizes da OCDE (2020). A organização internacional classifica o letramento financeiro como uma competência essencial para o século XXI, equiparando-a em importância à leitura e à escrita. A percepção dos estudantes reflete uma maturidade sobre os desafios da vida adulta contemporânea, onde a complexidade dos produtos financeiros e a precarização das relações de trabalho exigem do indivíduo uma capacidade robusta de planejamento e proteção de patrimônio.

Nessa mesma perspectiva, a pesquisa de Santos et al. (2024) reforça a necessidade de implementar a educação financeira de forma abrangente e contínua desde a infância até a vida adulta —a fim de promover a conscientização e o preparo financeiro que são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social tanto do indivíduo quanto da sociedade.

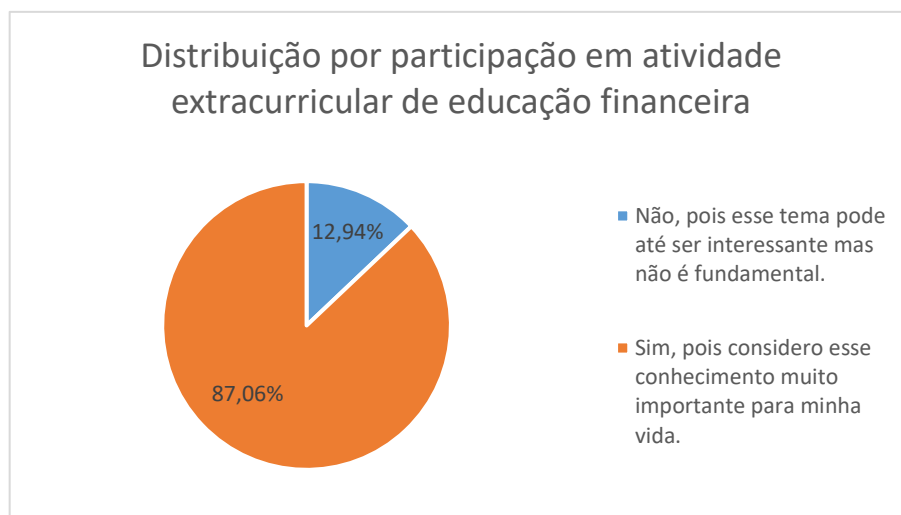
Gráfico II: Importância de educação financeira.



Fonte: dados da pesquisa.

O interesse expressivo dos participantes (87,06%) em atividades de educação financeira valida a premissa de que a relevância prática do tema é um fator decisivo para o engajamento do aluno. Kletschke (2012) destaca que, para ser eficaz, a educação financeira deve ser trabalhada de forma experiencial e transversal, conectando o conteúdo a situações reais de tomada de decisão. O alto índice de participação confirma que os estudantes estão buscando o conhecimento que lhes permita resolver problemas cotidianos, reforçando o imperativo de a escola adotar abordagens que estimulem a curiosidade e o envolvimento ativo.

Gráfico 12: participação em atividades de educação financeira.



Fonte: dados da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi desenvolvido de modo a proporcionar uma leitura acerca do perfil dos alunos de escola públicas estaduais de Ilhéus-BA, do nível de conhecimento e alternativas para a inserção de educação financeira no currículo escolar.

Este estudo contribui para o conhecimento acadêmico ao produzir dados e informações sobre o perfil dos alunos de escola pública em Ilhéus-BA, cujo tema carece de produções científicas específicas para a cidade. Também contribui para a sociedade ao fornecer uma análise sobre as necessidades de aprendizagem dos alunos.

Foi possível alcançar os objetivos propostos com êxito e esclarecer satisfatoriamente o problema apontado, tendo sido utilizada uma pesquisa baseada na aplicação de um questionário com perguntas direcionadas para estudantes da rede pública estadual do município de Ilhéus-BA, o que viabilizou o entendimento quanto ao perfil e nível de conhecimento.

Sobre o perfil, constatou-se que a maioria dos alunos entrevistados são mulheres, pertencem à faixa etária adolescentes-jovens com idades entre 16 e 17 anos e estão cursando os últimos anos escolares. Em sua grande maioria não desenvolvem uma atividade produtiva, ganham de R\$ 200 a R\$ 500 mensalmente, utilizam internet e conta digital para guardar dinheiro, não tem um grande hábito de consumo por ser de baixa renda e não tem acesso a linha de crédito.

No que se refere ao nível de conhecimento, os estudantes demonstram, de forma evidente, não possuir muito domínio sobre os conhecimentos teóricos acerca de educação financeira, embora sua condição financeira os leva a adotar práticas que viabilizem comprar mais barato. Foi evidente a constatação de que possuem grande interesse em aprender sobre finanças básicas. Contraditoriamente, a ausência de disciplinas ou aulas específicas sobre o tema contribui diretamente para o nível limitado de compreensão sobre finanças. Essa lacuna formativa repercute de maneira significativa no futuro desses jovens, que avançam para a vida adulta sem domínio de práticas essenciais de planejamento e organização financeira, o que pode comprometer sua tomada de decisões e sua autonomia econômica.

No que se refere às alternativas para a inserção da educação financeira nas escolas, é importante destacar a existência de iniciativas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que busca implementar, em instituições públicas, ações e projetos voltados para esse tema. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta as escolas a integrarem conteúdos de educação financeira em diferentes componentes curriculares, oferecendo diretrizes e possibilidades de aplicação prática. Todavia, a leitura proveniente desta pesquisa indica que as escolas não estão sendo capazes de colocar em prática as iniciativas propostas, pois os estudantes alegam não ter acesso aos conteúdos de educação financeira básica.

8835

Com base nos dados obtidos, foi possível identificar que a maioria dos estudantes demonstra preferência por metodologias práticas de ensino, que favorecem a compreensão e a fixação do conhecimento de maneira mais eficiente. Observou-se também um elevado interesse dos alunos pelos tópicos de educação financeira apresentados, reforçando a importância de estratégias pedagógicas que tornem esses conteúdos mais acessíveis e contextualizados.

O alcance dos objetivos específicos viabilizou o atendimento do objetivo geral, de modo que foi possível identificar o perfil dos estudantes de escola pública estaduais em Ilhéus, através dos 201 entrevistados em uma população de 6.742 alunos, segundo o IBGE.

A limitação desta pesquisa reside no fato de que o universo de alunos foi restrito às escolas públicas estaduais de Ilhéus. Todavia, isso não prejudicou o seu resultado, posto que havia a necessidade de gerar um entendimento sobre este perfil de aluno e sua relação com o conhecimento financeiro. Sugerimos novos estudos que contemplem alunos de escolas privadas e estabeleçam um comparativo entre os dois universos.

Considerando os resultados alcançados, é possível afirmar que este estudo alcançou os seus objetivos propostos, tornando possível promover um alinhamento entre a teoria e a prática na construção do conhecimento produzida pelo autor.

REFERÊNCIAS

BRITO, E.R.; BACELAR, R.S.; JUNIOR, I.P.G. Implicações da educação financeira para alunos do ensino médio em uma escola do recôncavo baiano: um estudo de caso, 2024.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil, 2007.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, S. L. Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. 66. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MEDEIROS, Gustavo Luís Bezerra; MEDEIROS, Lara Navarro Pereira. Ausência de educação financeira no Brasil: O impacto á sociedade e a possibilidade de reversão, 2021.

IBGE. Panorama Ilhéus-BA. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ilheus/panorama>.

QEDU. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Senso Escolar Aprendizado Ilhéus-BA, 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2913606-ilheus>.

SANTOS, Pablo Giordano dos Santos. Análise do conhecimento financeiro dos alunos de ensino médio, 2011. 8836

BERNHARD, R. et al. O conhecimento dos alunos do ensino médio do interior do estado do Amazonas sobre educação financeira, 2023.

FAVERI, D.B.; KROETZ, M.; LEMKE, T.L. Adolescência e finanças pessoais: um estudo nas escolas de ensino médio, 2023.

COSTA, Graziela Maltha; ZDANOWICZ, José Eduardo. Finanças pessoais: estudo de caso com os alunos do terceiro ano na escola estadual de ensino médio professor Cândido de Barros, no município de Santo Antônio da Patrulha-RS, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: dia mês ano.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

Banco Central do Brasil. Relatório de Cidadania Financeira 2021. Brasília: BCB, 2021.

MULLAINATHAN, S.; SHAFIR, E. Escassez: uma nova forma de olhar para a falta de recursos. Rio de Janeiro: Best business, 2016.

HUSTON, S. J., 2010. Measuring financial literacy. The Journal of Consumer Affairs, p. 296-316, 2010.

GIORDANO, Cassio Cristiano; MITAJI, Roberta Guim. *Projetos Interdisciplinares e Educação Financeira*, 2017.

KAHNEMEN, Daniel. *Livro Rápido e devagar: duas formas de pensar*, Editora Objetiva, 2011.

LUSARDI, Anna Maria; TUFANO, Peter. *Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness*, 2015.

JUNIOR, C.A.S.; LIMA, L.B.; GRATTI, L.; SELA, V.M. *EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS: um estudo sobre as ações implementadas nas escolas de ensino médio na microrregião de Maringá-Pr*, 2020.

GUDMUNSON, Clinton; DANES, Sharon. *Family financial socialization: theory and critical review*, 2011.

MITNICK, Kevin; SIMON, William. *A arte de enganar*. Pearson Education do Brasil, 2003.

MAZZI, Lucas Carato; DOMINGUES, Nilton Silveira. *Educação financeira na educação básica: um foco nas percepções dos estudantes*, 2021.

OLIVIER, Maria de Fátima Abud. *Educação financeira*, 2013.

Mitnick, Kevin; Simon, W. L. *A Arte de Enganar: ataques de hackers controlando o fator humano*. São Paulo: Pearson, 2003.

CONTANI, E.A.R.; ABREU, M.E.S.; REIS, L.G. *Influência no nível de conhecimento financeiro sobre o planejamento e endividamento pessoal*, 2022.

8837

ARAÚJO, Anderson Lima, SOBRINHO, Raquel Alves. *A importância da educação financeira na formação cidadã dos estudantes da educação básica*, 2024.

OCDE. *PISA 2018 Results: Are Students Smart about Money? (Volume IV)*. Paris: OECD Publishing, 2020. (Você pode citar como OCDE).

POTRICH, A.C.G; VIEIRA, K.M.; KICH, G. *Determinantes da Alfabetização financeira: Análise de variáveis socioeconômica e demográficas*, 2015.

DOLABELA, Fernando. *Pedagogia Empreendedora*. São Paulo: Cultura, 2003.

D'AQUINO, C. *Educação financeira: como educar seus filhos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 180 p.

SANTOS, A. et al. *Educação financeira nas escolas: formando cidadãos conscientes no seu papel no desenvolvimento econômico social*, 2024.

KLETSCHE, M. R. *A educação financeira na escola: por que e como?* *Revista Brasileira de Educação Financeira*, v. 3, n. 1, p. 11-25, 2012.

KLETSCHE, M. R. *A educação financeira na escola: por que e como?* *Revista Brasileira de Educação Financeira*, v. 3, n. 1, p. 11-25, 2012.

